

Notícias do dia 01 de setembro



TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DE GOIÁS

Curtas - XADREZ

RUBENS SALOMÃO

Conselheiros do TCE decidem dia 16 a mesa diretora para o biênio 2021/2022, com presidente, vice e corregedor geral.

Eleição às 15h no Plenário do Tribunal. Votação e apuração serão transmitidas pelo canal do Tribunal no Youtube.

Escola Superior do MPMGO promove nesta semana webinars sobre temas fiscais, criminais e controle de convencionalidade.

Site: <http://flip.ohoje.com/public/impresso/5043/5043.pdf>

Portais de transparência dos órgãos estaduais serão avaliados

Os portais de transparência dos órgãos e empresas públicas do Estado de **Goiás** começarão a ser avaliados a partir dessa terça-feira (1º/9) para formar o ranking do Prêmio **Goiás** Mais Transparente, um dos quatro eixos do Programa de Compliance Público de **Goiás**. A apreciação será realizada por comissões da Controladoria-Geral do Estado (**CGE**) e da Secretaria de Controle Externo do **Tribunal de Contas do Estado (TCE)**, coordenadores do Prêmio, que este ano chega à sua segunda edição.

No total, participam do **Goiás** mais Transparente 50 entidades em duas categorias compulsórias. A primeira com 37 órgãos, autarquias e fundações, e a segunda com 13 empresas públicas e sociedades de economia mista. Uma terceira categoria, opcional, é apresentar um resultado de inovação em transparência que tenha sido implantada pela entidade.

Durante o mês de agosto, equipes de consultores da Superintendência de Participação Cidadã da **CGE** trabalharam com os servidores responsáveis pela atualização dos sites das 50 entidades, para atualizar, tirar dúvidas e rever o checklist dos itens que os portais de transparência devem conter para atender a legislação federal e estadual que tratam da Lei de Acesso à Informação (LAI).

A transparência dos atos do Poder Executivo é uma exigência do governador Ronaldo Caiado a todos os gestores dos órgãos de sua administração. Caiado ressalta a importância da cultura da transparência no gasto público e destaca que isso tem sido trabalhado diariamente em todos os órgãos do Estado por meio do Programa de Compliance Público, implantado desde o início de seu governo.

A avaliação da transparência ativa e passiva dos portais de acesso à informação será realizada pelas comissões entre 1º de setembro e 30 de outubro, e os resultados preliminares serão divulgados em 30 de novembro, com dez dias para recursos. Dia 4 de dezembro sai o resultado final e o evento de premiação será realizado ainda na primeira quinzena de dezembro.

Os órgãos e entidades que atingirem acima de 65% da pontuação máxima estabelecida pelos critérios definidos na metodologia do **TCE** e **CGE** receberão certificado e selo, de acordo com o nível de transparência. O selo Bronze será concedido a quem alcançar 65% até 69,99% de transparência; o selo Prata, entre 70% e 74,99%; e o selo Ouro, entre 75% e 100% de transparência. O certificado será entregue durante o evento de dezembro e o selo de Excelência em Transparência disposto em meio digital no site do órgão.

O Prêmio **Goiás** mais Transparente é o reconhecimento aos esforços dos órgãos e das empresas em buscar a excelência em transparência e estimular o aperfeiçoamento contínuo para o atendimento de exigências legais e das melhores práticas de entrega de informações para sociedade. Visa, ainda, possibilitar que a transparência seja um caminho para o controle social e para a melhoria dos serviços prestados pelo Estado à sociedade e não somente uma obrigação ou norma a ser cumprida.

Controladoria-Geral do Estado (**CGE**) - Governo de **Goiás**

Os portais de transparência dos órgãos e empresas públicas do Estado de **Goiás** começarão a ser avaliados a partir dessa terça-feira (1º/9) para formar o ranking do Prêmio **Goiás** Mais Transparente, um dos quatro eixos do Programa de Compliance Público de **Goiás**. A apreciação será realizada por comissões da Controladoria-Geral do Estado (**CGE**) e da Secretaria de Controle Externo do **Tribunal de Contas do Estado (TCE)**, coordenadores do Prêmio, que este ano chega à sua segunda edição.

No total, participam do **Goiás** mais Transparente 50 entidades em duas categorias compulsórias. A primeira com 37 órgãos, autarquias e fundações, e a segunda com 13 empresas públicas e sociedades de economia mista. Uma terceira categoria, opcional, é apresentar um resultado de inovação em transparência que tenha

sido implantada pela entidade.

Durante o mês de agosto, equipes de consultores da Superintendência de Participação Cidadã da **CGE** trabalharam com os servidores responsáveis pela atualização dos sites das 50 entidades, para atualizar, tirar dúvidas e rever o checklist dos itens que os portais de transparência devem conter para atender a legislação federal e estadual que tratam da Lei de Acesso à Informação (LAI).

A transparência dos atos do Poder Executivo é uma exigência do governador Ronaldo Caiado a todos os gestores dos órgãos de sua administração. Caiado ressalta a importância da cultura da transparência no gasto público e destaca que isso tem sido trabalhado diariamente em todos os órgãos do Estado por meio do Programa de Compliance Público, implantado desde o início de seu governo.

A avaliação da transparência ativa e passiva dos portais de acesso à informação será realizada pelas comissões entre 1º de setembro e 30 de outubro, e os resultados preliminares serão divulgados em 30 de novembro, com dez dias para recursos. Dia 4 de dezembro sai o resultado final e o evento de premiação será realizado ainda na primeira quinzena de dezembro.

Os órgãos e entidades que atingirem acima de 65% da pontuação máxima estabelecida pelos critérios definidos na metodologia do **TCE** e **CGE** receberão certificado e selo, de acordo com o nível de transparência. O selo Bronze será concedido a quem alcançar 65% até 69,99% de transparência; o selo Prata, entre 70% e 74,99%; e o selo Ouro, entre 75% e 100% de transparência. O certificado será entregue durante o evento de dezembro e o selo de Excelência em Transparência disposto em meio digital no site do órgão.

O Prêmio **Goiás** mais Transparente é o reconhecimento aos esforços dos órgãos e das empresas em buscar a excelência em transparência e estimular o aperfeiçoamento contínuo para o atendimento de exigências legais e das melhores práticas de entrega de informações para sociedade. Visa, ainda, possibilitar que a transparência seja um caminho para o controle social e para a melhoria dos serviços prestados pelo Estado à sociedade e não somente uma obrigação ou norma a ser cumprida.

Controladoria-Geral do Estado (**CGE**) - Governo de **Goiás**

Site: <http://oparlamento.com.br/portais-de-transparencia-dos-orgaos-estaduais-serao-avaliados/>

TCE aponta que um terço das escolas da rede pública não planejou retorno às aulas

Um levantamento produzido pela equipe técnica do **Tribunal de Contas do Estado (TCE/RN)** apontou que cerca de um terço das escolas da rede pública de ensino do Rio Grande do Norte não se preparou para o retorno às aulas durante a pandemia do novo coronavírus. O estudo incluiu a rede estadual de ensino e de 12 municípios potiguares.

Créditos: Divulgação Segundo o levantamento do **TCE**, as principais preocupações dos gestores dizem respeito às adequações do espaço físico e adoção de medidas sanitárias

Em virtude do resultado constatado, a relatora do processo, **conselheira** Maria Adélia Sales, votou pela expedição de diversas recomendações aos gestores da rede pública. A decisão foi acompanhada por unanimidade pelos demais membros do pleno, durante a sessão desta terça-feira (1º). Segundo o voto, 31% dos gestores públicos relativos à amostragem afirmam não ter iniciado qualquer preparação para retomar as aulas do período letivo de 2020.

Entre as recomendações, estão a elaboração de protocolos para quando do retorno às atividades presenciais, incluindo a realização de avaliação diagnóstica dos alunos e a adoção de medidas sanitárias e de higiene; a elaboração de planejamento para o cumprimento das 800 horas letivas obrigatórias; a elaboração de estratégias para oferecer aulas e conteúdos pedagógicos, on-line e off-line, durante o período de suspensão das atividades presenciais, a todos os alunos; entre outras.

Além disso, os auditores identificaram que 85% das secretarias de educação dizem ter ofertado aulas ou conteúdos pedagógicos durante a pandemia e que 69% das secretarias de educação não realizaram atividades de capacitação para os professores.

Outro ponto levantado é que foram utilizadas ferramentas on-line e off-line para a oferta de conteúdo pedagógico. "Aos estudantes que têm acesso à internet, são disponibilizadas aulas via Google Classroom, aplicativo ou vídeos e arquivos no formato PDF e em redes sociais, e para os que não têm acesso, a interação se faz por meio da entrega de conteúdos impressos, apostilas e livros complementares", diz o levantamento.

Segundo o estudo, as principais preocupações dos gestores, relativas ao retorno das aulas, dizem respeito às adequações do espaço físico e adoção de medidas sanitárias. "Percebe-se nas redes que estão se preparando para o retorno às aulas presenciais uma preocupação com o espaço físico escolar, a adoção de medidas sanitárias e de higiene, a preparação de planos estratégicos para diagnóstico da aprendizagem, combate ao abandono, à evasão escolar e às defasagens, assim como cumprimento das 800 horas letivas", aponta o levantamento.

Os auditores da Diretoria de Administração Direta e da Diretoria de Administração Municipal enviaram questionários para os gestores da Secretaria Estadual de Educação e Cultura e das secretarias municipais de Assu, Afonso Bezerra, Espírito Santo, Jandaíra, Lagoa Nova, Lajes Pintadas, Monte Alegre, Natal, Paraná, São José de Mipibu, Triunfo Potiguar e Vera Cruz. Além da aplicação de questionários, foram realizadas entrevistas com os gestores.

O trabalho dos auditores do **TCE** foi realizado após parceria entre o Comitê Técnico de Educação do Instituto Rui Barbosa - CTE/IRB e o Interdisciplinaridade e Evidências no Debate Educacional - Iede. A parceria envolve, em todo o país, 22 Tribunais de Contas Estaduais, 3 Tribunais de Contas com jurisdição exclusiva nas esferas locais (**TCE/BA**, **TCE/PA** e **TCE/GO**) e 1 Tribunal de Contas de Município (TCM/SP).

Site: <http://tribunadonorte.com.br/noticia/tce-aponta-que-um-terco-das-escolas-da-rede-pablica-na-o-planejou-retorno-a-s-aulas/488748>

Contratos irregulares podem ter causado dano de R\$ 9 milhões em Valparaíso

A Prefeitura de Valparaíso é alvo de investigação por possíveis irregularidades em contratos firmados com as empresas Defender Conservação e Limpeza e GSI. As irregularidades foram encontradas em contratos formalizados pela Secretaria de Educação entre os anos de 2016 e 2018, e podem ter causado dano de R\$ 9 milhões aos cofres públicos.

Investigações do Ministério Público de Contas e **Tribunal de Contas de Goiás** apontaram irregularidades como excesso de servidores e pagamentos. De acordo com as apurações, houve excesso de 95 profissionais em 2016; 111 profissionais em 2017 e 99 profissionais no ano de 2018.

A apuração dos órgãos mostraram, ainda, que foram pagos à empresa Defender um quantitativo de postos de trabalho não fornecidos pela empresa. Isto significa que a Prefeitura repassou verba à empresa sem que esta disponibilizasse funcionários para os devidos postos de trabalhos.

As irregularidades demonstram que um verdadeiro cabide de empregos para o Prefeito de Valparaíso e vereadores da base governista. A suspeita é que secretários e possíveis candidatos teriam cotas de cargos na Prefeitura em um esquema de cabos eleitorais no município.

Site: <https://goias24horas.com.br/155880-contratos-irregulares-podem-ter-causado-dano-de-r-9-milhoes-em-valparaiso/>

Portais de transparência dos órgãos estaduais serão avaliados

Arley Maciel

Os portais de transparência dos órgãos e empresas públicas do Estado de **Goiás** começarão a ser avaliados a partir dessa terça-feira (1º/9) para formar o ranking do Prêmio **Goiás** Mais Transparente, um dos quatro eixos do Programa de Compliance Público de **Goiás**. A apreciação será realizada por comissões da Controladoria-Geral do Estado (**CGE**) e da Secretaria de Controle Externo do **Tribunal de Contas do Estado (TCE)**, coordenadores do Prêmio, que este ano chega à sua segunda edição.

No total, participam do **Goiás** mais Transparente 50 entidades em duas categorias compulsórias. A primeira com 37 órgãos, autarquias e fundações, e a segunda com 13 empresas públicas e sociedades de economia mista. Uma terceira categoria, opcional, é apresentar um resultado de inovação em transparência que tenha sido implantada pela entidade.

Durante o mês de agosto, equipes de consultores da Superintendência de Participação Cidadã da **CGE** trabalharam com os servidores responsáveis pela atualização dos sites das 50 entidades, para atualizar, tirar dúvidas e rever o checklist dos itens que os portais de transparência devem conter para atender a legislação federal e estadual que tratam da Lei de Acesso à Informação (LAI).

A transparência dos atos do Poder Executivo é uma exigência do governador Ronaldo Caiado a todos os gestores dos órgãos de sua administração. Caiado ressalta a importância da cultura da transparência no gasto público e destaca que isso tem sido trabalhado diariamente em todos os órgãos do Estado por meio do Programa de Compliance Público, implantado desde o início de seu governo.

A avaliação da transparência ativa e passiva dos portais de acesso à informação será realizada pelas comissões entre 1º de setembro e 30 de outubro, e os resultados preliminares serão divulgados em 30 de novembro, com dez dias para recursos. Dia 4 de dezembro sai o resultado final e o evento de premiação será realizado ainda na primeira quinzena de dezembro.

Os órgãos e entidades que atingirem acima de 65% da pontuação máxima estabelecida pelos critérios definidos na metodologia do **TCE** e **CGE** receberão certificado e selo, de acordo com o nível de transparência. O selo Bronze será concedido a quem alcançar 65% até 69,99% de transparência; o selo Prata, entre 70% e 74,99%; e o selo Ouro, entre 75% e 100% de transparência. O certificado será entregue durante o evento de dezembro e o selo de Excelência em Transparência disposto em meio digital no site do órgão.

O Prêmio **Goiás** mais Transparente é o reconhecimento aos esforços dos órgãos e das empresas em buscar a excelência em transparência e estimular o aperfeiçoamento contínuo para o atendimento de exigências legais e das melhores práticas de entrega de informações para sociedade. Visa, ainda, possibilitar que a transparência seja um caminho para o controle social e para a melhoria dos serviços prestados pelo Estado à sociedade e não somente uma obrigação ou norma a ser cumprida.

Site: <http://www.herculesdias.com.br/editorias/geral/item/2730-portais-de-transparencia-dos-orgaos-estaduais-serao-avaliados>